

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ALLAN MAMEDE DE SOUZA

**A ELITE DO PODER EM SÃO BORJA NA TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO
BRASILEIRO A REPÚBLICA VELHA (1887- 1907)**

**São Borja
2017**

ALLAN MAMEDE DE SOUZA

**A ELITE DO PODER EM SÃO BORJA NA TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO BRASILEIRO
A REPÚBLICA VELHA(1887- 1907)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Ciências Humanas.

Orientador: Professor Dr. Edson Romário Monteiro Paniagua.

**São Borja
2017**

ALLAN MAMEDE DE SOUZA

**A ELITE POLÍTICA EM SÃO BORJA NA TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO BRASILEIRO A
REPÚBLICA VELHA (1887-1907)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Ciências Humanas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 29 de novembro de 2017.

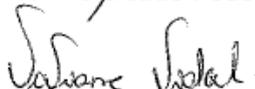
Banca examinadora:



Prof. Dr. Edson Romário Monteiro Paniagua -Orientador
(UNIPAMPA-Universidade Federal do Pampa)



Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero
(UNIPAMPA-Universidade Federal do Pampa)



Prof. Msc. Viviane Margareth Pouey Vidal
(Doutoranda- UNICEN- Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires)

Dedico este trabalho aos jovens de Ribeirão Claro que eles mesmo sendo pobres e filhos da classe trabalhadora, possam ter como eu tive, uma oportunidade para sair de lá e ter liberdade de estudar o que quiser, numa Universidade, pública, gratuita e de Qualidade como a UNIPAMPA

A minha mãe Ângela pelo amor, ao meu pai Calébio pela gratidão, a minha irmã Camila pela força, ao meu sobrinho Guilherme pela esperança, a madrinha Vitória que me despertou o gosto por ensinar e a vovó Maria(in memorian) com a saudade.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, esses agradecimentos e essa etapa não simbolizam apenas um trabalho, mas um período de quatro anos que vivi fora da minha cidade, do meu estado e das minhas raízes. Foram imensos os aprendizados durante a graduação, as experiências, o contato com pessoas e locais diferentes que viver esses mais de quatro anos em São Borja me possibilitaram só a isso eu já sou grato.

A Deus eu sou grato por me amparar nos momentos difíceis e por mandar guias espirituais que ultimamente tem amparado tanto.

Agradeço inicialmente a minha família que são a minha base de sustentação nesse mundo e que me apoiaram a deixar Ribeirão Claro, mesmo a minha mãe inicialmente sendo contra, por medo do que eu viria a enfrentar aqui e no mundo.

A minha mãe Ângela, que sempre se esmerou para que eu e minha irmã pudéssemos ter uma vida digna, além de sempre demonstrar o seu amor para conosco, e ser a minha heroína, muito obrigado.

Ao meu pai Calébio, que sempre prezou pela nossa independência e autonomia, as vezes até duramente, mas que hoje vejo que foram importantes e por ter me oportunizado obter essa momento da minha vida, muito Obrigado.

A minha irmã Camila, que foi uma segunda mãe, que sempre provou que força, coragem e resistência não são exclusivas do gênero masculino e que sempre me incentivou e me auxiliou e ultimamente pelos seus exemplos, vem me inspirando muito. Obrigado mana, essa vitória também é sua.

Ao meu sobrinho Guilherme, que simboliza a esperança de nossa família e que ao futuro eu espero que minha formação possa ofertar a ele experiências tão ricas quanto as que eu tive.

A minha madrinha, amiga e confidente, Maria Vitória David, que me fez brilhar os olhos com o conhecimento nas suas aulas de didática lá no Magistério, descobrir a importância da Educação na vida humana e a me ouvir sempre quando eu m preciso. Muito Obrigado.

As amigas já falecidas, irmãs Zita Néia e Flora Néia Storti, que ocuparam um papel de avós postiças. Sempre lembrarei de vocês.

Ao amigo Éverton Santos, que mesmo deixando Ribeirão Claro, não esquece e sempre faz questão que nos reencontremos, quando volto para lá. Muito obrigado.

As minhas amigas Mailin, Letícia, Isadora, Érika e Lariana, da época do Magistério.

Aos amigos e família de Ribeirão Claro que sempre estiveram presentes comigo nos momentos de diversão e tristeza.

Aos meus colegas do parlamento que dividiram comigo durante a maior parte do tempo a moradia e governança do Palácio dos Provalecidos: André, Gregório e Jean. Não menos importante foi também o Guto Pens Pozzebon, ao qual tenho muita consideração.

A Cris e Paulo Teixeira, que sempre me receberam como se fosse membro de sua família e que torna São Borja um lugar muito especial pra mim. Muito Obrigado por tudo!

A Marcia e o Gerson Mariano, por abrirem sempre que puderam as portas de sua casa e me trataram com muito carinho aos quais eu sempre serei muito grato.

Ao Maiquel Schneider que aqui nesse tempo de universidade, foi o meu melhor amigo, com quem eu sempre pude me abrir com o que fosse! Uma pena não nos formar sozinhos.

Ao amigo Carlos Cadó que também esteve comigo desde o início.

Aos amigos de Unipampa: Ewerton, Ane, Andreia, Joana, Joilson, Adalgiza, Lucas Giovan, Vitiele, Natiane, Lilian, Lidiane, Igor, Leticia, Viviane, Yasmin, Larissa Burchard, Luis Eduardo Pingola, Marco Aurélio Alves, Leonardo Jung, Assion, Marconi Severo, Tiara, Danilo Jovino, Hermógenes, Vilmar, Karen Greco, Jefferson, Pantcho, Inês, e por aí em diante.

Aos Professores de Ciências Humanas que sempre me foram muito queridos: Lauren, Carmen Nogueira, Lisianne, Anderson, Sávio, Evandro, Muriel, Ricardo Gacki, Andrea Becker,

A professora Vivi, que sempre esteve na torcida por nós e me encantou com a ciência da Arqueologia.

Ao meu professor e grande amigo Ronaldo Colvero, por sempre ter acreditado em mim, me auxiliado, me acolhido, aos quais as palavras são pouco do quanto imensamente grato eu sou! Sempre serei fiel a você meu amigo!

Ao meu orientador Professor Edson, o meu agradecimento não só por agora, mas pela caminhada na Unipampa desde o início da graduação, pelo aprendizado, pelas correções que foram importantes e que eu sei que levarei para toda a vida.

Muito Obrigado por ter me escolhido como orientando, rimos juntos, choramos juntos e o que fica são as emoções e importância da sua pessoa na minha caminhada!

Aos meus alunos do IFF Farroupilha, por me fazerem sentir ser professor, sentir o meu coração bater mais forte enquanto os enxergava percebendo a importância de se seguir adiante.

Ao povo de São Borja, que tanto me ensinou, que se tornou minha casa, e que fez um novo Allan que outrora não havia. Levarei seu semblante, seu sotaque tão próprio (ao mesmo tempo engraçado) e sua história para onde o mundo me levar.

Ao povo de Ribeirão Claro, de onde levo suas belezas, memórias e raízes.

A minha avó Maria, agradeço pelos inúmeros fins de semana, vividos até que ela morreu perto dos meus quase 9 anos, onde levarei para sempre todos os momentos vividos.

EPÍGRAFE

“Ao passar pela velha porteira
Senti minha terra mais perto de mim
De emoção eu estava chorando
Porque minha angústia chegava ao fim

Eu confesso que era meu sonho
Rever a fazenda onde me criei
Não via chegar o momento de abraçar de
novo
Meu querido povo que um dia eu deixei

E você, minha velha porteira
Também não está como outrora deixei
Seus mourões pelo tempo roídos
No solo caído também encontrei

Já não ouço as suas batidas
Seu triste rangido lembranças me traz
Porteira na realidade, você é a saudade
Do tempo da infância que não volta mais”.

Velha Porteira- Lourenço e Lourival

RESUMO

O Presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise acerca da elite política de São Borja que participou durante o final do Império Brasileiro (1822-1889) a transição para o início da República Velha(1889-1930). Nesta pesquisa o recorte de tempo inicia-se no ano de 1887, onde o vereador da época Apparício Mariense, consegue aprovar uma Moção Plebiscitária na Câmara de Vereadores sobre o desejo de um terceiro reinado ou a adoção da República como forma de Governo após a morte de Dom Pedro II. Essa Moção fez com que São Borja e sua classe política se destacassem em âmbito nacional, já que era o primeiro tipo de proposição como essa. Através do método posicional de Mills, analisou-se a participação e os atores políticos relevantes no cenário político são-borjense de 1887 até o ano de 1907, quando Apparício Mariense deixa a Intendência Municipal. Além dos políticos considerou-se também observarmos o processo que levou a Proclamação da República, além das instituições políticas e o panorama eleitoral em São Borja tanto no Império como no nascer da República. Através desta pesquisa, poderá ser observado que além de Mariense, chegam a compor essa elite nomes como: Dinarte Dornelles, Júlio Trois e Francisco Miranda.

Palavras-Chave: Elite do Poder; Império Brasileiro; República Velha; São Borja.

ABSTRACT

The present work has as objective to make an analysis about the political elite of São Borja that participated during the end of the Brazilian Empire (1822-1889) in process of the transition to the beginning of the Old Republic (1889-1930). In this research the time cut begins in the year 1887, where in that time, the alderman Apparício Mariense, can approve a Plebiscitary Motion in the Council of Aldermen on the desire of a third reign or the adoption of the Republic as a form of Government after the death of Dom Pedro II. This motion made São Borja and his political class stand out nationally, since it was the first kind of proposition like this in Brazilian History. Through the positional method of Mills, the participation and the relevant political actors in the political scene were analysed from 1887 until 1907, when Apparício Mariense left the Municipal Intendance. In addition to the politicians, we also considered the process leading to the Proclamation of the Republic, as well as the political institutions and the electoral panorama in São Borja, both in the Empire and in the birth of the Republic. Through this research, it can be observed that besides Mariense, these elite names such as: Dinarte Dornelles, Julio Trois and Francisco Miranda.

Keywords: Brazilian Empire, Old Republic; Power Elite; São Borja.

DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PRR- Partido Republicano Rio-grandense

PRD- Partido Republicano Democrático

UNIPAMPA- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Gal. - General

Ten-Cel. – Tenente Coronel

Cel.- Coronel

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	13
2- METODOLOGIA	15
2.1- O que é(são) Elite(s)?	15
2.2- O Método Posicional de Charles Mills	16
3-O DECLÍNIO DO IMPÉRIO BRASILEIRO E A INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA	18
3.1- Embates políticos e sociais e a emergência do movimento republicano. ..	20
3.2- As questões religiosa e militar	22
3.3- A queda do Império e a emergência da República.....	25
3.4- O povo, as elites e a satisfação	26
4- O NASCIMENTO DA REPÚBLICA BRASILEIRA EM SÃO BORJA E O DESTAQUE DE APPARÍCIO MARIENSE DA SILVA NO MOVIMENTO REPUBLICANO LOCAL.....	29
4.1- SÃO BORJA E A REPÚBLICA.....	29
5- AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS SÃO-BORJENSES: O CONSELHO MUNICIPAL E A INTENDÊNCIA... ..	33
6- UMA ELITE DO PODER?.....	37
7- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	45

1-INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar elite política são-borjense durante o processo de transição do final do Império Brasileiro até o início do Regime Republicano no Município de São Borja, Rio Grande do Sul. O ponto de partida é a Moção plebiscitária de 1887, que levou ao questionamento da continuidade da Monarquia no Brasil e o papel que a política local teve através dos vereadores de São Borja debaterem um projeto de governo que vinha de encontro com sua ideologia e interesses. O problema de pesquisa seria então qual o tipo de elite política presente durante a transição de Império para a República Velha. Esta análise se iniciará temporalmente em 1887 e se estenderá até o ano de 1907, onde o Coronel Apparício Mariense deixa a Intendência Municipal.

No primeiro capítulo será discutida a metodologia aplicada para caracterização desta pesquisa como científica. Este trabalho é considerado uma de fontes documentais já que a Moção Plebiscitária . Esta pesquisa é qualitativa porque será avaliada a importância de suas ações, relações com a economia, familiares e o entrosamento com o governo central e estadual dos atores políticos.

Será brevemente explanado como se origina o termo “elite” e a teoria das elites, inicialmente com as ideias de Gaetano Mosca e depois com Pareto presentes na Obra de Milton Farias Filho. Além dos autores italianos citados anteriormente, também são apresentados 3 autores da escola das elites americanas que vão diferenciar o tipo de elite, onde o fator fundamental de uma elite é para Mills, o poder formal que ela possui, para Dahl é o poder de decisão, e para Hunter é a reputação.

Os caminhos para analisar a elite são-borjense nesse período histórico, foram elencados para a análise o Método posicional de Charles Mills, a partir de políticos que tenham formalmente exercidos cargos públicos. Dentro do método posicional é necessário que os dados respondam a sete quesitos que deverão ser observados nos indivíduos e nas instituições as quais eles ocupam.

A primeira parte de revisão histórica dá-se a partir do declínio do Império Brasileiro e a posterior Proclamação da República em 1889. Nesse sentido, a revisão de literatura começa com o final da Guerra do Paraguai e seus

desdobramentos políticos e sociais no Brasil. Além de ser visto o início do descontentamento com o regime imperial e o início da ideologia republicana no Brasil.

Pode ser percebido não só a degradação do Império com a política, mas com a Igreja, o Exército e a Imprensa da época. Além desses fatores, podemos citar os atritos entre defensores das causas abolicionistas e escravistas, além descentralização política que viesse a favorecer os cafeicultores do Oeste Paulista.

A república desejada por uns, não era desejada por outros. Os modelos que a república brasileira era imaginada pelos republicanos eram diversos. Enquanto uns se inspiravam no modelo francês, outros queriam ser representados pelo modelo americano e outra parcela pela positivista.

Também está presente nesta pesquisa um capítulo sobre São Borja na ocasião da Proclamação da República e como a atuação de Apparício Mariense foi de extrema relevância a destacar o nome do município em outras regiões do Estado e do País. Além da atuação, nesse capítulo é abordada a trajetória que o político são-borjense.

As instituições políticas constam nesse trabalho para percebermos onde e como esses estabelecimentos, se originavam e se consolidavam, através das leis tanto do Império, como a da República e com a descentralização política, a Constituição gaúcha de 1891 e da execução dos mandatários. Pode ser visto nesse capítulo, a mudança do panorama eleitoral em São Borja antes e depois da troca de Regime Político.

Com os resultados pode-se inicialmente identificar os membros da elite são-borjense no período aqui analisados, além de suas características e relações com o dinheiro, o poder e o prestígio. E nas considerações basicamente é o processamento dos dados utilizando os quesitos propostos Mills, na tentativa de descobrirmos a existência do que o autor americano chamava de “A Elite do Poder”.

2- METODOLOGIA

Para ser considerado científico, um trabalho de pesquisa necessita de uma aplicação metodológica de atividades sistemáticas, ou seja, de um método. “Segundo (LAKATOS, 2010, p. 65) são as atividades organizadas que darão a segurança ao trabalho e levar o pesquisador a alcançar seus objetivos, e nesse percurso da pesquisa, evidenciando os erros e auxiliando as decisões do cientista”. Outra contribuição para a compreensão de método seria segundo Weatherall (1970 *apud* KÖCHE, 2009) o movimento entre a construção dialética da reflexão e o experimento.

Essa pesquisa tem a metodologia qualitativa. Será qualitativa, visto o simbolismo, a representação e comportamento destes atores políticos para a história do município de São Borja. A seleção desse método tem a importância, segundo Lakatos(2010, p. 89), de compreender melhor o comportamento do homem, na análise de suas diferenças e similaridades.

2.1- O que é(são) Elite(s)?

Antes da abordagem do método de pesquisa para classificar a elite política de São Borja na transição do Império para a República, precisa definir o emprego utilizado para essa parcela de atores histórico-políticos.

Segundo Milton Cordeiro Filho (2011, p. 176), o termo “elite” surge nas Ciências Sociais a partir da tese de Gaetano Mosca, autor italiano que dividiu todas as sociedades em duas classes: a dos governantes e a dos governados, onde Mosca define como elite a classe política. Já o também italiano Pareto (1984 *apud* FILHO, 2011, p. 176) afirma a existência de dois tipos de elite que seriam: a elite governante e a não governante. Milton Filho (2011, p. 177), ainda sustenta que para ambos os teóricos italianos “líderes são líderes, porque tem habilidades e capacidades”.

As elites políticas norte-americanas foram frequentemente objetos de pesquisa que resultaram em métodos de identificação dessas elites por teóricos como: Robert Dahl (método decisional), Charles W. Mills (método posicional) e Floyd Hunter (método reputacional). O primeiro método de identificação, desenvolvido por Robert Dahl (1961 *apud* CODATO, 2015, p. 16) consiste em identificar os agentes

que tenham o poder de decisão sobre os assuntos políticos, independente da função ou ocupação desses indivíduos direta ou indiretamente na política, ou seja, o que seria a elite para Dahl, era quem tinha o *poder de decisão*.

O caminho para identificar os membros da elite para Floyd Hunter dependiam da reputação dos agentes políticos, mas através de uma lista de políticos, os mesmos seriam indicados, quanto mais mencionados, ou seja, os indivíduos com mais *reputação* serão membros da “elite”. O terceiro método chamado de posicional, descrito por Mills na sua obra *A elite do poder*, consiste em elencar basicamente em quem ocupa formalmente as posições políticas é quem faz parte da elite.

2.2 Método Posicional de Charles Mills

Neste trabalho foi elencado o método posicional de Mills, visto que os membros de uma determinada elite devem ser analisados a partir da sua participação e comportamento nas instituições políticas. Charles Mills ainda ressalta a importância de observar que os membros da elite não estão presentes no poder público, mas também são “elites do poder”, aqueles que “a elite é aquele grupo social que ocupa, controla e comanda as principais instituições de uma comunidade” (MILLS, 1956 apud CODATO, 2015, p.20). Nos resultados deste trabalho, além da atuação como políticos são-borjenses deverão ainda constar além do poder, qual a relação dessa elite com a riqueza, o prestígio e as relações com esta sociedade e até mesmo com membros da elite local :

“A riqueza não se centraliza na pessoa do rico. A celebridade não é inerente a toda e qualquer personalidade. Ser célebre, ser rico, ter poder, exige o acesso às principais instituições, pois [são] as posições institucionais [que] determinam em grande parte as oportunidades de ter e conservar essas experiências a que se atribui tanto valor”. (MILLS, 1956, cap. 1 apud CODATO, 2015, p. 20)

Para esta pesquisa, foram escolhidos os membros que ao início do período republicano, controlavam Prefeitura e a Câmara de Vereadores, a época chamada respectivamente de: Intendência e Conselho Municipal. No império também havia a figura de destaque do Juiz de Paz. Membros esses que serão tabulados e relacionados com o método posicional de Mills.

Através deste método, Mills (1956 apud CODATO, 2015, p. 20-22) propõe que sejam seguidos alguns requisitos para a análise desta elite política:

Quesitos a serem observados	
1- Instituições mais importantes	Esse primeiro passo é onde se identifica os ocupantes das posições onde se quer estudar, ou seja, através das mais importantes instituições da sociedade local de um determinado tempo, visto que essas sociedades históricas mudam através da história.
2- Atuação	Onde essas instituições atuam e quem afetam? Qual o limite dessa instituição dentro da sociedade analisada.
3- Ligações entre si	Esses membros do alto comando das instituições possuem alguma ligação entre si?
4- Recurso social que confere poder ao grupo	Que tipo de recurso leva o indivíduo atingir o comando dessas instituições? Qual a origem do poder e do dinheiro?
5- Controle do recurso social	O que o indivíduo que chefia as instituições mais importantes faz para que ela seja mais valorizada pela comunidade através do recurso social que está a sua disposição? (Como ela controla seu poder, seu prestígio e seu dinheiro)
6- Qual o tamanho da elite	Quem manda mais e quem manda menos na sociedade?
7- Unidade	i)-Psicológica: compartilha a mesma moral, o comportamento, princípios. ii)- Interesses: a unidade do grupo, dar-se-á para atingir um objetivo ou interesses em comum. iii)- ação: unidade prática, de proximidade de interesses das cúpulas centrais da sociedade estudada.

O método posicional foi utilizado por Mills sob uma perspectiva nacional, já aqui a relevância se dá pelo poder local. A importância do poder local e principalmente pelos grupos que a governam, também pôde ser observado por Tania Fischer (1992, p.107):

A identificação de redes sociais constitutivas da localidade leva a indagações sobre o espaço político local, sobre as pautas de convivência e cooperação, competição e conflito, sobre a memória política local e as formas de exercício do poder. Como objeto de investigação, o local não é, portanto, apenas fisicamente localizado, mas socialmente construído.

3-DECLÍNIO DO IMPÉRIO BRASILEIRO E A INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA

Este primeiro capítulo tem como objetivo, traçar um panorama do advento da República, a partir da década de 1870, com o final da Guerra do Paraguai, quando o Exército Imperial Brasileiro, saiu fortalecido e buscou maior espaço e participação política. A partir da década de 70 do séc. XIX, também um conjunto de contradições sociais, econômicas e políticas intensificam-se, desgastando a monarquia que culminaria na sua queda em 15 de novembro de 1889.

O povo brasileiro naquele momento, constituído na sua maioria de analfabetos e excluídos não teve participação na proclamação da República¹. O novo regime surge com a finalidade de atender os interesses, políticos e econômicos financeiros das “novas” elites rurais, militares e políticas, pois a monarquia se tornava incapaz de atender essas novas demandas.

A Guerra do Paraguai (1864-1870) é o ponto de inflexão da queda da monarquia, pois emergem um conjunto de lideranças, entre essas o General Osório e o Exército como Instituição, saiu fortalecida e buscou maior reconhecimento e espaço na vida política e pública o que gerou várias tensões e conflitos na década de 70 do séc. XIX.

Segundo Basile, (1990, p.263) em relação ao desdobramento da Guerra do Paraguai, destaca que ocorreu o fortalecimento dos laços nacionais, contribuindo na Consolidação dos Estados Nacionais Argentina, Paraguai e Brasil. No que tange ao Império Brasileiro, contribui na formação da identidade nacional, pois a Guerra do Paraguai causou inúmeras perdas humanas criando um sentimento de unidade, além de provocar uma profunda crise financeira, culminando na queda do Gabinete Zacarias de Góis.

¹José Murilo de Carvalho na sua obra, A Formação das Almas : O Imaginário da República no Brasil (1990), explica a participação popular na Proclamação da República(p.52): O povo seguiu curioso, os acontecimentos, perguntou-se sobre o que se passava, respondeu aos vivas e seguiu a parada militar pelas ruas. Não houve tomadas de bastilhas, marchas sobre Versalhes nem ações heroicas. O povo estava fora do roteiro da proclamação, fosse este militar ou civil, fosse de Deodoro, Benjamin Constant ou Quintino Bocaiúva. O único exemplo de iniciativa popular ocorreu no final da parada para regressar aos quartéis. Os populares que acompanhavam a parada pediram a Lopes Trovão que lhes pagasse um trago. A conta de quarenta mil-réis acabou caindo nas costas do taverneiro, pois Lopes Trovão só tinha onze mil-réis no bolso. O anônimo comerciante tornou-se sem querer, o melhor símbolo do papel do povo no novo Regime; aquele que paga a conta.

A queda do Gabinete de Zacarias de Gois foi decorrente do impasse político durante a Guerra do Paraguai. Nesse impasse, o Duque de Caxias, ligado ao Partido Conservador, fazia oposição ao governo do Partido Progressista, tendo como Presidente do Conselho de Ministros Zacarias de Góis. Nessa oposição, entrava os desacordos que ocorreram durante a Guerra do Paraguai, pois o Governo Imperial determinava as estratégias e os comandantes das tropas não concordavam. Essas divergências levaram segundo Basile (1990, p. 265) ao desgaste do Partido Progressista, culminando com a queda do Gabinete de Zacarias de Góis, em julho de 1868.

Dom Pedro II, após queda de Zacarias de Góis, ao invés de convidar um membro do Partido Progressista, cuja maioria tinha deputados para formar um gabinete, convidou o conservador Visconde de Itaboraí, levando já de início, a um desagrado dos membros do Parlamento, que podemos perceber durante a fala de Joaquim Nabuco no Senado do Império, em 17/06/1868:

“Vede este sorites fatal, este sorite que acaba com a existência do sistema representativo: o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria! Eis aí que está o sistema representativo do nosso país” (BASILE, 1990, p.265)

Percebe-se o desacordo entre a Coroa e o Parlamento, a partir de um dos mais reconhecidos monarquistas, Joaquim Nabuco (1849-1910), senador do Império e abolicionista. Se os defensores da Monarquia estavam insatisfeitos com o sistema, evidencia o desagrado para aqueles que porventura não sentiam afeição alguma pela Monarquia.

O excesso de poder pessoal de D. Pedro II, o Poder Moderador, foi um fator que ao invés de fortalecer a coroa, ao contrário, ficava no centro das lutas políticas-partidárias (COSTA, 2010, p. 464). Se o imperador convidava para formar um governo conservador, os liberais atacavam o poder pessoal e vice-versa. Essa política imperial fazia parte do jogo político tanto do governo, como da oposição.

3.1 Embates políticos e sociais e a emergência do movimento republicano

Em 1869 ocorreu à queda do gabinete de Zacarias Gois e também a derrota dos Liberais Progressistas para o Partido Conservador. Esses fatos contribuíram para ascensão do Partido Liberal. Segundo Basile (1990, p.266), o Partido Liberal acusa o governo do Visconde de Itaboraí de ignorar as reformas pendentes e são reiteradas as críticas ao sistema representativo imperial. As reformas propostas eram a abolição da Guarda Nacional²; o fim do senado vitalício; maior autonomia das províncias através da federalização.³

Em 1868, um grupo de Liberais tomam outra postura política que seria o núcleo do futuro Partido Republicano, o chamado Clube Radical. No idealismo dos seus membros do Clube Radical, segundo Tavares Bastos, (apud BASILE, 1990 p. 266), absolutismo, centralização e império são tidos como sinônimos. Em sentido contrário seriam os termos liberdade, federalismo e república (BASILE, 1990, p. 266-267).

Em 03 de dezembro de 1870 era publicado no Rio de Janeiro, o Manifesto Republicano, trazendo o modelo de república a partir dos Estados Unidos da América, num claro contraponto as monarquias europeias de então. Conforme Basile:

Somos da América, e queremos ser americanos. A nossa forma de Governo é em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil aos interesses dos Estados Americanos. A permanência dessa tem forçosamente, além da origem da opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam. (BASILE, 1990, p.267)

²Um dos objetivos da Guarda Nacional, criada em 1831, era a concessão da autoridade militar aos detentores de latifúndios de maneira a proteger o território Nacional. Ver mais em: SALDANHA, Flavio Henrique Dias. **Os oficiais do povo: a guarda nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850**. Annablume: FAPESP, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=c7taYs-AyEcC&pg=PA76&lpg=PA76&dq=Guarda+Nacional+Referencia&source=bl&ots=CjOgt3nexu&sig=tKpG8UD5YCsM85T1hcr8kUwG0YM&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjvrZqirMjXAhXGxpAKHSpRBa0Q6AEIXzAJ#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 17/11/2017.

³Associado ou não à república, o clamor federalista rondava as revoltas do período regencial. Apesar de suas especificidades, muitas denunciavam a centralização política e administrativa como responsáveis pela opressão fiscal, que carreava recursos para o Rio de Janeiro, bem como pelo acirramento de conflitos entre as lideranças políticas locais e os presidentes de província nomeados pelo governo central. In: FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. A ideia de República no Império do Brasil. **RHBN**(Revista de História de Biblioteca Nacional). Nº 5. 2005. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2010/02/a-ideia-de-republica-no-imperio-do-brasil> . Acesso em: 17/11/2017.

Para Carvalho (1990, p.18), a República é um termo amplo, que poderia significar “governo livre, governo da lei e governo popular”. Nesse sentido, o autor exemplifica três formas de República: a República Americana; as Re Repúblicas Francesas (1ª e a 3ª República Francesa) e a República Positivista.

A república americana tem o seu sucesso, segundo Carvalho (1990, p. 20) pela garantia legal da Liberdade e pela influência de Montesquieu, o filósofo francês que definiu a separação dos poderes. Na República Francesa, na Primeira República, de influência de Rousseau, oriunda da Revolução Francesa (1789) tinha característica Jacobina, revolucionária, onde o povo intervém quase que diretamente nas ações do Estado. A característica da Terceira República Francesa que conseguiu dar sustentação ao Regime, foi à governabilidade.

O primeiro periódico, “*A República*”, dirigido por Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo e Manuel Vieira Ferreira, cuja tiragem diária era de aproximadamente 10 mil exemplares, um sucesso de vendas. Segundo Nelson Werneck Sodré (apud BASILE, 1990, p.268) entre dois anos, durante 1870-1872 surgiram mais de vinte jornais republicanos em todas as regiões do Brasil, difundido na Corte e no interior do país, através dos clubes e partidos republicanos.

O perfil dos republicanos brasileiros durante o final do Império refletiu as realidades e interesses de grupos e locais diferentes, como por exemplo: o Partido Republicano Paulista (PRP) com perfil econômico e social segundo Basile (1990, p.268) era composto por latifundiários (cafeicultores do Oeste Paulista), No Rio de Janeiro a maioria era composta por funcionários públicos e profissionais liberais, havendo um fazendeiro e um capitalista.

O grupo paulista vislumbrava no sistema republicano, a descentralização da economia, com um governo provincial forte que cuidasse dos seus interesses e o desinteresse pelas liberdades pequenas ou de representatividade das massas. O grupo do Rio de Janeiro tinha como orientação ideológica o liberalismo individual e democrático, sob a influência de Stuart Mill.⁴

Os republicanos, conforme Costa (2010, p. 460) eram minorias organizadas. Do ponto de vista eleitoral, essas minorias tinham uma participação e

⁴BASILE, 1990, p.269

representatividade em São Paulo, tendo um quarto do número do total de votantes. É importante destacar que apenas 1,5% (um e meio por cento) da população tinham direito a votar na época. Não fossem os fatores como a crise econômica e a situação social da época, a República no Brasil, não passaria de um sonho. (2010, p. 460).

A iniciativa em abolir a escravatura no Brasil vem inicialmente da Monarquia, pressionada em vários momentos pela Inglaterra.⁵ Nas falas de D. Pedro II realizadas duas vezes ao ano Senado, na abertura e no encerramento do ano político, Basile, (1990, p.271) destaca que no ano de 1871, os projetos abolicionistas, que não eram do interesse do 3º governo de Zacarias de Góis, foram abordados no discurso de Dom Pedro II, onde deveria ser apenas declarados as realizações e ambições do governo vigente. A posição ativa do monarca a favor da emancipação dos escravos foi interpretada como uma “imposição”, tendo a classe política relacionado o ocorrido como fruto do cesarismo (absolutismo).

3.2- As questões religiosa e militar

A Monarquia Brasileira começou a perder seu apoio entre o clero. Entre 1872 a 1875, envolve-se na Questão Religiosa. A Igreja Católica, liderada pelo Papa Pio IX, editou uma bula defendendo o ultramontanismo⁶. Os principais membros da Igreja no Império Brasileiro participantes desta crise, foram os Bispos de Olinda, Província de Pernambuco e o de Belém, Província do Pará.

O Bispo de Olinda, Vital Maria, fazia campanha contra a participação dos católicos na Maçonaria, não agradando a monarquia. Quando questionado pelo governo, o bispo respondeu que esse assunto era do interesse do Papa e não do Imperador. Segundo Basile (1990, p.278), o Conselho de Estado havia deliberado que o bispo extrapolou os seus direitos ao punir a irmandade maçônica, já que os padres devido à união do Estado com a Igreja, tinham um papel de funcionários públicos, logo deveriam estar a disposição do Império. O bispo não cumpriu as

5

⁶Doutrina que visa à ampliação dos poderes dos padres sobre os governadores do Brasil e tendo como principais alvos de punição aos Maçons. BASILE (1990, p.277).

punições e ainda puniu outras irmandades maçônicas, criando uma tensão entre o Estado e a Igreja, sem contar que o bispo afirmava que o Império deveria ser súdito da Santa Sé, além de chamar o imperador de “César”.

O Bispo de Belém, Dom Antônio de Macedo Costa, engajara-se na campanha antimaçônica e proibiu os maçons de participarem das irmandades e confrarias religiosas, pois caso em contrário seriam excluídos do direito a sepultura eclesiástica e a absolvição dos pecados. Os desacatos da autoridade do governo imperial também se seguiram nesse caso.

Segundo Costa (2010, p.458), a crise se dava não pela interferência do Estado na Igreja, que era comum desde o período colonial, mas na divisão que ela causou dentro do próprio clero, pois vários padres eram maçons. Outro fator apontado por Costa (2010, p. 45) foi à participação de pessoas fora do governo e da igreja, os bispos ou o governo. Essa situação agravou ainda mais esse quadro pela participação da classe política, os defensores da igreja e os opositores a Coroa. O governo denuncia os bispos que são presos e condenados a quatro anos de prisão com trabalhos, pois a Coroa compreendia que era uma afronta a autoridade e as leis do Império Brasileiro

. A resposta do Papa Pio IX ao Imperador pela ocasião da questão religiosa foi a seguinte: Vossa Majestade descarregou o primeiro golpe na Igreja, sem pensar que ele abala ao mesmo tempo os alicerces do seu trono (BASILE, 1990, p. 279).

Após a Guerra do Paraguai (1864-1870), o exército Imperial saiu fortalecido, levando a corporação reivindicar melhores soldos e equipamentos e também uma maior representação política. Essa postura do Exército, ao buscar a melhora de suas condições estruturais, deparava-se num fosso, pois o Império saiu da Guerra do Paraguai e mergulha numa profunda crise financeira, sendo inviável atender as suas reivindicações. O Exército passou, segundo Basile (1990, p.279), a ser enxergado com um perfil messiânico, de salvação nacional, de que eram os militares que estariam investidos de trazer o progresso ao país.

Durante a década de 1880 do séc. XIX, a partir da doutrinação de Benjamin Constant na Escola Militar da Praia Vermelha, os oficiais, começaram a expor seus descontentamentos contra governo imperial na imprensa, gerando tensão e

instabilidade política. Um dos principais acontecimentos foi um atrito ideológico sobre a questão da abolição da escravatura no Brasil entre o Tenente-Coronel Sena Madureira (abolicionista) com o Ministro da Guerra, Franco de Sá e o Visconde da Gávea(escravistas), que levou segundo Basile(1990, p.280) a transferência de do Tenente-Coronel Madureira para o Rio Grande do Sul.

A punição do Tenente-Coronel foi por causa de sua ideologia abolicionista, cujo interesse era o contrário pelos governantes. O Tenente-Coronel Sena Madureira, dispunha de um grande prestígio no Exército, o que levaram seus posicionamentos a criticarem o Império (BASILE, 1990, p. 280-281). Esses acontecimentos levaram a um posicionamento mais radical de alguns militares.

Durante seu Comando a frente da Escola de Tiro do Rio Grande do Sul, Tenente-Coronel Sena Madureira, levou suas reclamações ao jornal gaúcho “A Federação”, convocando uma corte marcial para colocar em questão a constitucionalidade dos avisos proibitivos. Deodoro da Fonseca, general e presidente da Província do Rio Grande do Sul, foi incumbido pelo governo imperial de punir o Ten-Cel. Sena Madureira e os revoltosos, mas ao invés de punição segundo Basile (1990, 280), os dois haviam feito um acordo de paz.

O general Deodoro da Fonseca tinha como desafeto o deputado gaúcho, Gaspar da Silveira Martins, a época membro do Parlamento, tendo reclamado em tribuna que o executivo provincial não conseguia dobrar os militares a cumprir ordens do governo imperial. Visto o impasse, o Supremo Conselho Militar se manifestou a favor de que os oficiais poderiam expressar e debater publicamente qualquer assunto, exceto Basile(1990, p.280), questões de serviço.

O General Deodoro é retirado do governo gaúcho e enviado de volta ao Rio de Janeiro, sendo recepcionado com honras militares pelos instrutores e alunos da Escola Militar, em contrariedade dos avisos proibitivos feitos pelo gabinete do Barão de Cotegipe, episódio esse que levaram o irmão do General Deodoro da Fonseca, Tenente Coronel Severino da Fonseca a ser demitido do Comando da Escola. (BASILE, 1990, p. 280)

Cada vez mais, surgiam impasses entre os militares e o governo imperial, efervescendo na imprensa republicana. Segundo Basile (1990, p.280), o barão de

Cotegipe, recebeu um ultimato do General Deodoro da Fonseca, e revogou os avisos proibitivos em maio de 1887. Essa liberdade também agrava as críticas à Coroa e também um maior desempenho dos militares republicanos.

3.3- A queda do Império e a emergência da República

A abolição da escravatura em território nacional, em 13 de maio de 1888, pela Princesa Isabel, embora tornasse a família imperial popular, levou por outro lado, a perder apoio político, dos cafeicultores do Vale do Paraíba, que dependiam da mão-de-obra escrava que abriram franca oposição a Coroa, além da Província de São Paulo ter pouca representatividade nos gabinetes e governos. Esses fatores foram às marcas do republicanismo paulista, surgindo propostas de separação e formação da Pátria Paulista. Vale ressaltar que o Município de São Borja já estava adiantado no processo da abolicionista, tendo todos os seus escravos libertos em 1884.

Segundo Emilia Viotti da Costa (2010, p.456-457) a abolição foi uma tentativa de salvar a monarquia e não de agravar a crise institucional que estava instalada. Nesse sentido menciona um cronista da época que captou essa intenção, pois Aristides Lobo no jornal *“Diário de São Paulo”*(COSTA, 2010, p. 457), apontava que princesa tivera a sabedoria de “acudir a um incêndio que começava a arder nas proximidades do trono”.

No final do Império, a sociedade brasileira, principalmente sudeste, sofreu uma transformação afetada pelo desenvolvimento das ferrovias com a expansão de nove mil quilômetros, substituindo em parte, os lombos de burros e carroças. (COSTA, 2010, p. 467). A industrialização possibilitou a emergência de novos grupos econômicos e sociais que desejavam a intervenção do Estado no desenvolvimento comercial e industrial, sejam pequenos industriais, comerciantes e profissionais liberais. Esses novos grupos barravam nos interesses dos homens públicos, majoritariamente membros das oligarquias agrárias.

Outro descontentamento com a coroa para a elite política e econômica do país, era o fato de Dom Pedro II ser substituído quando viesse a falecer pela Princesa Isabel, uma mulher e católica fervorosa. Ainda seria mais descontente para

tais membros verem subir ao trono seu impopular marido, o Príncipe francês Gaston de Orléans, Conde d'Eu.

Em maio de 1889, o Congresso do Partido Republicano delibera que a República Segundo Basile (1990, p. 290) viria à base da força, tendo que se esperar apenas o momento mais oportuno. Em 07 de junho de 1889, o Visconde de Ouro Preto assumiu a chefia do governo, com a finalidade de salvar a monarquia. Os debates eram demasiadamente exaltados na Câmara dos Deputados.

Segundo Basile (1990, p.292) entre as décadas de 1870 foram quatro governos e de 1880 até 15 de novembro foram nove governos demonstrando toda uma crise que culminaria com a queda da monarquia.

Deodoro da Fonseca, mesmo se considerando monarquista, manifesta votar nas próximas eleições gerais que viriam a ser em 1890, em candidatos republicanos, em represália a nomeação de Silveira Martins para o seu cargo anteriormente exercido como Presidente da Província do Rio Grande do Sul.

Os militares Tenente-Coronel Benjamin Constant, o Capitão Mena Barreto e o Major Sólton Ribeiro juntamente com os civis Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério e Aristides Lobo pressionam General Deodoro da Fonseca para comandar uma manobra contra à Coroa. No dia 9 de novembro de 1889, na Assembleia do Clube Militar foi deliberada a queda do Trono antes da nova legislatura tomar posse. (BASILE, 1990, p.293)

A proclamação da República de 15 de novembro de 1889, que derrubou o Império Brasileiro e levou a família imperial brasileira ao exílio, era oriundo conforme Basile (1990, p.293) de boatos de que Deodoro seria preso. Não houve participação popular das massas no evento, que conforme Aristides Lobo (apud BASILE, 1990, p. 294): “Assistiu a tudo aquilo bestializado, sem entender o que se passava”.

3.4- O povo, as elites e a satisfação.

O jacobinismo francês revolucionário oriundo da Revolução Francesa era inviável no Brasil. A igualdade jacobina foi transformada de cidadão para cidadão, cidadão-doutor e até mesmo o cidadão-doutor-general(CARVALHO, 1990, p. 24).

Em qualquer regime político brasileiro, segundo Silvio Romero e Alberto Salles (apud CARVALHO, 1990, p. 30) se nota que: “a ausência” entre os brasileiros do espírito da iniciativa, da consciência coletiva, a excessiva dependência do Estado, predomínio do que Demoulins chamava de política alimentária. Em oposição ao sentimento anglo-americano de individualidade, e a soma delas, uma prática utilitarista de Hume, define o público segundo Benjamim Constant⁷ (apud CARVALHO, 1990, p. 18) de soma dos interesses pessoais.

Os interesses a serem resolvidos com a implantação do Estado Republicano não foram os do povo, mas de quem detinha riqueza, prestígio, e poder. Esses três elementos, são fundamentais segundo Luz e Santin (2010, p. 6045), eram oriundos há mais de seis milênios e que eram de certa forma intrínsecos, já que, onde apenas um desses fatores existissem serviam como atração para os outros dois. Carvalho (1990, p.19), também expressa o desejo de prestígio, através do amor a Glória e a Fama.

Um sistema presente durante o período da República Velha (1889-1930) foi o do Coronelismo⁸. Onde a elite agrária, em sua maioria, graças à descentralização e a regionalização política, vai exercer influência sobre os poderes estaduais e estes sobre o governo federal. Enquanto o trabalhador pensava na subsistência e no bem-estar de si e sua família ao aliar-se as decisões do coronel, este último tinha como finalidade obter ou manter o poder, a riqueza e o prestígio.

Através dos estudos de Melvin Tumin (1970) sobre as classes sociais, percebe-se como os coronéis e os que são atingidos pelas suas atitudes, posições e comportamentos podem, segundo Tumin (1970, p.34), serem através desta perspectiva classificados. As características que fazem as classes inferiores e médias se reconhecerem são: a moral, os valores e experiências que são proporcionadas em conjunto.

Governar é impor e auxiliar, essa é a relação dialética que o poder coronelista vai exercer durante o final do século XIX e início do século XX no Brasil. O coronel

⁷Teórico francês.

⁸O que podemos chamar de Coronelismo, basicamente foi um sistema da política brasileira, no período da República Velha (1889-1930), em que os fazendeiros (em sua grande maioria) conseguiram o mais longo entrosamento com o governo brasileiro, conforme José Murilo de Carvalho (1997). Esse relacionamento é oriundo com a federalização do território nacional com a Proclamação da República (1889).

tendo conhecimento dessas técnicas teria como controlar vários indivíduos que se encontravam não em uma marginalidade econômica, mas também social e de conhecimento.

Essa ganância não só dos coronéis, mas de outros grupos e sugar do Estado tudo o que ele produz, reforça o que Stourzh (apud CARVALHO, 1990, p. 19) aponta como: “ Uma Nação sem patriotas, é uma visão de coleção de indivíduos e busca de organização política que garantisse seus interesses. Não há identidade coletiva, sentimento de comunidade ou pátria.

Mesmo a república, servindo aos interesses desses grupos, ainda era nítida a insatisfação com o novo regime. Carvalho (1990, p. 35) ressalta que: “Em 1901, quando seu irmão exercia a Presidência da República, Alberto Sales publicou um ataque virulento contra o novo regime, que considerava mais corrupto e despótico do que o governo imperial.”

A busca para afirmação da República Brasileira é percebida tanto no modelo a ser utilizado na governança, quanto na representação histórica que ela deveria ter. Mesmo buscando exemplos externos, os mesmos podem servir. Segundo Carvalho (1990, p. 22) ou até mesmo compreender o país que o utiliza.

No caso da Proclamação da República, os vencedores vão ter mais relevância do que o evento em si, já que conforme Carvalho (1990, p.35) tudo foi muito rápido, inesperado. Uma das mais simbólicas representações da Proclamação da República foi o quadro de H. Bernardelli, onde é nítida segundo o autor da clássica exaltação do homem grande e vitorioso.

Os atores principais da Proclamação são os atuantes como Deodoro, mas o pai da República acaba se tornando Benjamin Constant⁹, como aponta José Murilo de Carvalho, um papel parecido com o de José Bonifácio na Independência do Brasil. A autora Emília Viotti da Costa(2010, p.251), ressalta que na versão Monarquista, a divisão entre civis e militares no fato histórico seria de que: Ao proclamar a República, os militares seriam os intérpretes do povo. Ao partido republicano e ao Exército, cabiam as glórias do movimento. Assim como ficara

⁹O Militar republicano brasileiro.

inconcluso o mito da origem, segundo Carvalho(1990, p.54), ficou também a república.

4- O NASCIMENTO DA REPÚBLICA BRASILEIRA EM SÃO BORJA E O DESTAQUE DE APPARÍCIO MARIENSE DA SILVA NO MOVIMENTO REPUBLICANO LOCAL.

No Estado do Rio Grande do Sul desde Movimento dos Farrapos(1835-1845), as elites políticas e econômicas divergiam na questão ideológica e de organização do Estado, de forma que essas disputas pelo poder vão ser decorrentes também no período de transição do Império para a República. Uma das principais diferenças e que irá caracterizar a luta dos republicanos de forma geral no Brasil, incluindo o Rio Grande do Sul é a descentralização do poder político que irá culminar na Política dos Governadores ou ainda chamada Política do Café-com-Leite¹⁰.

Nesse momento tem-se a necessidade uma contextualização do início da República em São Borja, e as relações as quais a política em São Borja se refletia em âmbitos estaduais, além da famosa moção plebiscitária de 1887 proposta por Apparício Mariense da Silva e aceita pela Câmara Municipal de São Borja(1956-1910).

4.1- São Borja e a República

O município de São Borja possui uma vasta expansão territorial, segundo Marcus Vinicius da Costa(2013,p. 190), formada por grandes latifúndios desde a sua

¹⁰“Nome com que ficou conhecido o arranjo político promovido pelo presidente Campos Sales (1898-1902) e os governadores e presidentes estaduais com o objetivo de superar as incertezas políticas que marcaram os primeiros governos da República. Baseado no compromisso presidencial de não intervir nos conflitos regionais em troca da garantia do pleno controle do Executivo sobre o Congresso, o acordo incluiu manobras políticas que permitiram minimizar a influência das oposições e selou o comprometimento da presidência da República com as oligarquias dominantes nos estados, estabelecendo um novo equilíbrio entre estes e o poder central. A “política dos governadores” é considerada a última etapa da montagem do sistema oligárquico ou liberalismo oligárquico, que permitiu, de forma duradoura, o controle do poder central pela oligarquia cafeeira. Esse domínio se manifestou na hegemonia política dos estados de São Paulo e Minas Gerais na indicação dos presidentes da República, a chamada “política do café-com-leite”, que vigorou até a Revolução de 1930”.(CPDOC- FGV, p. 1) Ver mais em: CPDOC-FGV. Política dos Governadores. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POLÍTICA%20DOS%20GOVERNADORES.pdf>.

origem Portuguesa no séc. XIX, com uma população rural mais presente de 22 mil pessoas no campo, contra 2.500 habitantes na vila de São Borja. Novamente aqui vamos destacar o sistema coronelista, muito comum durante a República Velha e presente também em São Borja.

Os fazendeiros, latifundiários em sua grande maioria e/ou abastados comerciantes e industriais, podendo em uma minoria serem ainda, padres, médicos, etc, recebiam títulos de coronéis da Guarda Nacional, já que em cada município havia geralmente um regimento com comando-em-chefia desses cidadãos. Esse posto vai influenciar as relações de poder locais já que era comum, conforme Carone (1971, p.86), a não-presença ou até mesmo a inexistência da ação do Estado e o aumento da influência do poder privado dos coronéis, dadas também a extensão dos territórios onde esse indivíduo sobrepunha seu poder, principalmente os grandes proprietários de terras levando a manutenção e continuidade do exercício do poder local .

Os coronéis não faziam parte da população mais desfavorecida, muito pelo contrário, é com a realização de favores, trocas, que ele (o coronel) conseguirá manter a sua influência com os governos estaduais e nacionais, e também o controle sobre os indivíduos menos providos pelo Estado. É através dos favores, que o coronel reforça sua autoridade. O voto e a obediência são os principais objetivos que o coronel pretende alcançar com o trabalhador rural, para isso, ele precisa ceder sua “bondade”, para seu agregado, que o tinha como benfeitor. Sendo esse um esquema conhecido pelo chefe, que era a reciprocidade do poder.

Conforme citado anteriormente, o movimento Republicano iniciado no Brasil durante a década de 1870 tem uma aceleração durante a última década do Império, onde em 1881, é fundado o Clube Republicano de São Borja. Assim como se pode perceber anteriormente, os movimentos republicano e abolicionista fundiam-se em determinados momentos e ocasiões, em São Borja. Segundo Costa (2013, p. 192) também foi decorrente, tendo em 1887, os políticos juntamente com os republicanos locais declaravam a cidade livre de escravos.

Em 1882, um ano depois da fundação do Clube Republicano, Apparício Mariense da Silva é eleito vereador pelo PRR (Partido Republicano Rio-grandense), onde neste espaço de debates, ele irá promover o seu *Magnum opus*, que viria ser a

Moção Plebiscitária de 31 de outubro de 1887, inicialmente tendo sido contemplada na Loja Maçônica da cidade “Vigilância e Fé”. A moção plebiscitária teria como objetivo pesquisar o desejo da população de após a morte do Imperador Dom Pedro II, a necessidade da Proclamação da República como desejavam os propositores, ou ainda na pior das hipóteses, a continuidade num terceiro reinado, sob a autoridade da Princesa Isabel e a influência de seu marido francês, o Conde d’Eu. Aqui também através da influência positivista, percebe-se uma antipatia desse grupo com o futuro que estaria por vir caso Isabel subisse ao Trono, já que a consideravam demasiadamente católica e por isso submissa aos desejos do Papa e o Conde d’Eu autoritário (COSTA, 2013, p.193)

Sucedeu-se a este processo o fechamento da Câmara Municipal até o final do Império, mas por outro lado, a tensão causada pela moção deu uma força ao PRR em São Borja, e colocou a cidade no centro das discussões políticas. As disputas e discussões, conforme a República é efetivada também polariza os grupos políticos das oligarquias formadas em sua maioria pelos estancieiros são-borjenses, inicialmente entre Júlio Trois (castilhista) e Dinarte Dornelles (liberal federalista) e depois segundo Colussi (2007, p.81) entre o General Manuel do Nascimento Vargas e o Coronel Apparício Mariense etc.

O perfil dessa elite não era violento. As facções do PRR local uma liderada pelo pai de Getúlio Vargas, o general Manoel do Nascimento Vargas, Julio Trois e Francisco Rodrigues da Silva e a outra pela família Escobar e o coronel Apparicio Mariense. Esses dois grupos se alternaram no poder deferido pelo governador Borges de Medeiros. Dessa forma o governador pudesse aumentar sua sustentação eleitoral com os dois grupos do partido, realizando quando possível, os interesses dos dois grupos sendo relevante ressaltar que o ápice da violência política cometida em São Borja nesse período da República Velha é o assassinato do médico Benjamin Torres em 1915, Colussi (2007, p.88), médico e desafeto político de Viriato Vargas, durante o mandato deste último.

Anteriormente já é possível identificar segundo o Jornal “A Federação” apud (COSTA, 2013, p. 198-199), os problemas de desafetos políticos de líderes governistas locais, como relata no início do ano de 1892 pelas disputas locais entre os dentre as facções de Júlio Trois e Dinarte Dornelles.

Um das características que temos de levar a considerar a gravidade das disputas são o fato de que enquanto um está a governar os outros estão exilados em Corrientes, como forma de se reagrupar, mas não citado diretamente. Podemos perceber também uma necessidade de segurança, termo esse que podemos relacionar também como originário do poder republicano em São Borja.

Em São Borja “as correrias, as prisões, as perseguições, o assassinato, o saque, as depredações estão sendo praticados pelos agentes da autoridade em nome da ordem”, na campanha havia muitas violências sendo praticadas, o tenente-coronel João Pereira Escobar havia sido assassinado, e seus assassinos andavam impunemente pelas ruas da cidade, também haviam assassinado Marciano Loureiro, reclamavam ainda da prisão de vários republicanos entre eles Álvaro Baptista. (COSTA, 2013, p.198-199)

Essa era a elite tradicional que compunha o cenário político gaúcho. Políticos da região da campanha, sendo mais conservadores no estilo de governar, o que é contraditório ao antigo movimento republicano, quando o mesmo associava liberdade, federalismo e república, e que principalmente no governo de Júlio de Castilhos, é perceptível a substituição da ideologia e também por políticos da Região da Serra Gaúcha¹¹. Além de percebermos uma prática positivista, em nome do desenvolvimento e do progresso da sociedade, que necessita da ordem para governar plenamente.

Neste capítulo vamos valorizar aqui como personagem o Coronel Apparício Mariense, que através da exposição e da luta na consolidação logo é reconhecido como liderança no Município após a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, tendo logo recebido o título de “Coronel” da Guarda Nacional presente na cidade. Para factuarmos a vida de Mariense utilizamos uma ficha prosopográfica^{12, 13} de onde extraímos dados através da Súmula Histórica e Biográfica de Apparício Mariense, de Autoria de Fernando O’Donnel.

¹¹LAPOLLI, 2015, p. 29.

¹²Modelo da Ficha Prosopográfica proposta por CODATO, Adriano; HEINZ, Flávio, 2015, p.318-319: **1-perfil social** (local e data de nascimento, filiação, escolaridade, instituições escolares pelas quais passou e em que data); **2- atividades profissionais** (todas as ocupações que o indivíduo teve ao longo da vida, ordenadas conforme suas datas de entrada e saída); **3- situação socioeconômica** (derivada, indiretamente, das ocupações); **4-carreira política ou burocrática** (todos os mandatos, funções e postos ocupados, dispostos cronologicamente conforme suas datas de entrada e saída e os partidos políticos correspondentes); **5-conexões interpessoais** (patrocínios políticos, negócios em comum, laços de casamento, de parentesco ou presença, nas mesmas instituições, ao mesmo

5- AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS SÃO-BORJENSES: O CONSELHO MUNICIPAL E A INTENDÊNCIA.

No primeiro capítulo fica evidente que uma parcela dos republicanos na época do império desejavam uma maior autonomia e descentralização do governo central brasileiro. Na República, essa maior autonomia dos Estados é garantida através da Constituição Federal de 1891, onde no Título III define a autonomia da República:

TÍTULO III

Dos Estados

Art. 63. Cada Estado reger-se-ha pela Constituição e pelas leis que adoptar, respeitados os princípios constitucionais da União. (BRASIL, Constituição, 1891)

tempo); e **6-posições ideológicas** (estimadas a partir do posicionamento e/ou participação nos principais eventos políticos do período estudado; da atividade jornalística ou literária).

¹³ (PROSOPOGRAFIA DE APPARÍCIO MARIENSE)- Apparício Mariense da Silva nasceu no dia 30 de maio de 1856, em São Borja. Filho de Manuel Francisco da Silva Duda e Francisca Alves da Silva. estudou no Colégio Gomes em Porto Alegre, não tendo registro de data. Foi presidente do Clube Republicano de São Borja e com a Proclamação da República, tornou-se Coronel da Guarda Nacional.

Em 1883 foi eleito vereador e deputado estadual em 1891, deputado federal em 1894 e reeleito em 1897, ficando na Câmara Federal até 1899 e no ano seguinte tendo sido eleito Intendente Municipal até 1907. Com o apoio de Fernando Abbott, na eleição ao Governo do Estado, torna-se o líder de São Borja do Partido Republicano Democrático, tendo Abbott perdido para Carlos Barbosa, o indicado por Borges de Medeiros.

Era rico e fazendeiro, que segundo O'Donnel (p.8), teria lhe assegurado um viver tranquilo, mas Apparício Mariense, não se dedicava integralmente a atividades financeiras. Conforme os mandatos citados anteriormente, o idealismo republicano fez com que uma de suas maiores lutas, a Abolição da Monarquia, através de moção plebiscitária de sua autoria, fosse aprovada pela Câmara de São Borja em outubro de 1887, onde os cidadãos votariam se queriam um terceiro reinado após a morte do Imperador Dom Pedro II.

Apparício Mariense era tio de Getúlio Vargas, através da mulher do primeiro, Maria Luísa Dornelles que era irmã de Dona Cândida Dornelles Vargas, mãe do segundo. Um fato curioso é que foi Apparício Mariense durante seu mandato de Deputado Federal, quem acompanhou Getúlio na trajetória em que ele se mudaria de São Borja para Ouro Preto em Minas Gerais juntando-se para estudar o ginásio com seus dois irmãos mais velhos, Protásio e Viriato já frequentando a Universidade. Também na família, o pai de Getúlio, Manuel do Nascimento Vargas além de cunhado, era de uma facção rival dentro do PRR.

Com as informações anteriores já coletadas, fica visível o sentimento Republicano em Apparício Mariense, pois além de defender o positivismo, Comandou a Guarda Nacional em São Borja no auge do sistema Coronelista e do poder local, participou como oficial da Revolução Federalista, ao lado do Governador Júlio de Castilhos, um dos maiores representantes do positivismo brasileiro. Faleceu em 04 de maio de 1910.

É inquestionável a participação de Apparício Mariense no Movimento Republicano e depois na participação política da Proclamação da República, tanto no sentido simbólico do ideal republicano, como seu personagem também aparece como um membro das elites parte do sistema Coronelista vigente na República Velha. Além disso, vamos perceber que o personagem teve sua memória ao ser lembrado nas nomeações aos logradouros como a Rua Apparício Mariense por onde se localizam a Igreja Matriz e a Prefeitura, bem como a loja Maçonica "Apparício Mariense" e a Escola Municipal Apparício Mariense, todos esses localizados em São Borja, mas embora esses locais ser de âmbito municipal, as ações do conterrâneo foram de extrema importância para o povo que sentiu com pesar a sua morte em 1910.

E para os municípios:

TITULO III

Do município

Art. 68. Os Estados organizar-se-hão de fôrma que fique assegurada a autonomia dos municípios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse.(BRASIL, Constituição, 1891)

Com essas garantias os governos estaduais tem a autonomia a partir de então para poderem organizar-se politicamente. No Estado do Rio Grande do Sul, a Constituição autonomia culmina na centralização do poder político rio-grandens nas mãos do Presidente¹⁴ do Estado, tendo a Assembleia Legislativa um papel secundário. O Presidente á época, Júlio de Castilhos, era um dos maiores símbolos positivistas brasileiros, já que papel desenvolvido pelo chefe do Executivo era desempenhado semelhante segundo Axt (2002, p. 11-12) ao descrito por Augusto Comte como o Ditador Republicano.

São Borja participa na Assembleia Constituinte gaúcha com três deputados eleitos sendo eles: Apparício Mariense, Alvaro Baptista e Francisco Miranda. Este último, não sentia-se alinhado com a centralização do poder Castilhos, segundo Axt (2002, p.11):

A pressa com que os constituintes aprovaram o projeto desvela um “clima de convenção jacobina”. A intransigência despertava reações e o inimigo estava às portas. O rábula e republicano histórico de São Borja, Francisco Miranda, um dos poucos a ousar questionar a elisão do princípio de separação dos poderes, a cassação da autonomia municipal e a bater-se por mais garantias à Magistratura, foi recebido no plenário do antigo casarão da Rua Duque de Caxias, onde funcionava a Assembleia, com hostilidade.

Essa citação reforça as divergências que os políticos rio-grandenses vão possuir, políticos muitas vezes do mesmo partido, como foi o caso de Francisco Miranda e os aliados de Júlio de Castilhos, ambos membros do PRR. A constituição de 14 de julho de 1891 ainda dispunha que o Intendente deveria ser eleito entre os munícipes, mas o vice Intendente era indicado pelo Presidente do Estado.

¹⁴Nomenclatura referente ao Governador do Estado á Época.

Esse aspecto reforça a influência que o poder executivo vai dispor da autoridade não só a nível do Estado como um todo, mas também como influencia no governo municipal. Assim que a Assembleia Constituinte promulgou a Constituição sul-rio-grandense de 1891, para a organização Municipal dos municípios gaúchos, ficara estabelecido que:

Art. 64 - Na sua primeira sessão, o conselho elaborará a lei orgânica municipal, que promulgada pelo intendente, regerá o município, e só poderá ser reformada sob proposta fundamentada do intendente ou em virtude de representação de dois terços dos eleitores municipais.

Nessa lei será determinado o número dos membros do conselho, estabelecido o processo para as eleições de caráter municipal e prescrito tudo o que fôr da competência do município.

§ único - A lei orgânica do município determinará o processo para a decretação das leis municipais pelo intendente, estatuinto um prazo razoável para a publicação prévia do projeto e a obrigação de revogá-las, quando assim reclamar a maioria dos eleitores do município.

Art. 65 - Os conselhos reunir-se-ão ordinariamente uma vez por ano, durante a sessão dois meses no máximo, que serão consagrados à votação da despesa e receita municipais do ano seguinte, ao exame das contas do ano anterior, á adoção e medidas conexas com o orçamento, a cuja confecção servirão de base as informações e dados ministrados pelo intendente.

Como o nosso trabalho é referente ao Município de São Borja, ficou então decidido na sua ata de fundação do Conselho Municipal, segundo O'Donnel(2014, p.21), apenas 5 conselheiros eleitos por sufrágio. Vale lembrar que o Conselho Municipal viria a substituir a Câmara dos Vereadores, que era a instituição local de administração durante o Império.

A Câmara de Vereadores tinha o papel principal na administração local e segundo a Constituição de 1824 (Arts. 167,168,168 apud O'DONNEL, 2014, p.13) deveria contar nas vilas com 7 vereadores e nas cidades com 9 eleitos por sufrágio. O vereador mais votado era o presidente da Câmara e logo, chefiava o andamento do poder público local.

Além das instituições, o número da base eleitoral também sofreu alterações segundo O'Donnel(2014, p. 18) que no penúltimo ano do Império, 1888, eram juntos eleitores de São Borja e Santiago um total de 556 eleitores. Com a proclamação da República, esse número para 1.205 eleitores.

São Borja teve um destaque no papel da Proclamação da República, através da Moção Plebiscitária, que a levou a não ser fechada em 1890 pelo Visconde de Pelotas (Primeiro Governador do Rio Grande do Sul do Regime Republicano). Além de São Borja, somente a Câmara de Santo Amaro, também não foi dissolvida.

Outra instituição criada pela Constituição gaúcha de 1891 foram as Intendências Municipais (hoje tem um papel respectivo das Prefeituras Municipais). Aos intendentess segundo a carta de julho de 1891, cabia:

Art. 66 - Ao intendente, como chefe da administração municipal, compete dirigir, fiscalizar e defender os interesses do município, organizar, reformar ou suprimir os serviços sem exceder as verbas orçamentárias, adotar, em suma, tôdas as medidas administrativas de utilidade municipal, de acôrdo com o orçamento respectivo, exceptuados os serviços que incumbem aos juizes distritais.

Compete-lhe também convocar extraordinariamente o conselho e prorrogar assuas sessões, expondo sempre a necessidade que houver motivada a convocação ou prorrogação.

Art. 67 - O intendente perceberá uma remuneração pecuniária correspondente ao cargo, a qual será fixada pelo conselho na última sessão anterior a cada período administrativo. A remuneração do primeiro intendente será fixada na primeira sessão ordinária do conselho.

Até o final do período da Intendência, segundo pesquisa sobre a História de São Borja e do Colégio Sagrado de Jesus(ZENNI; AQUINO, 1990), o município de São Borja teve 9 intendentess. O Primeiro deles foi Júlio Garcia Trois(1891-1899), a época da Proclamação da República, Presidente da Câmara Municipal.

O cargo de Vice-Intendente era nomeado pelo Presidente do Estado, assim como o de Vice-Presidente do Estado. Esse fato leva a compreensão de que ficaria fácil para o Executivo estadual retirar o chefe de executivo local que não estivesse alinhado ao seu governo.

Além das instituições, deve ser lembrada a relevância que o coronelismo vem possuir durante a República Velha no Brasil e com isso a influência que vem a exercer nas instituições. Nesse sentido, a importância da aliança com o poder estadual vigente é fundamental para o exercício pleno do poder político local, não só poder público que é comumente legado ao vencedor das eleições locais e aos coronéis do período distribuírem, mas também o extralegal, já que caso o coronel

fique cercado politicamente no âmbito local, conforme os conchavos, o mesmo poderia recorrer ao governo estadual. O fato dos candidatos locais possuírem apoio do governo estadual já se encontrava uma predisposição, já que eram eles que teriam a chance de fazer uma administração com mais recursos e também à oportunidade de perseguir seus opositores (LIMONGI, 2012, p.50).

Em São Borja, podemos corroborar, quando o segundo intendente, o Coronel Apparício Mariense (1899-1907) se mostra contra a candidatura do candidato do seu próprio partido Carlos Barbosa Gonçalves (PRR) e apoia o candidato Fernando Abbott do PRD. Essa falta de “unidade” com o executivo gaúcho vai acarretar, segundo O’Donnel(2014, p.47) o desgaste da figura pública de Mariense, que culmina com a sua renúncia assim como a do Vice-Intendente João Pereira Escobar no Ato nº 13, em 21 de outubro de 1907. Quem assume a intendência de São Borja a partir de então é o General Manuel do Nascimento Vargas, cunhado de Apparício e aliado do Governador Carlos Barbosa e seu sucessor, Borges de Medeiros.

6- UMA ELITE DO PODER?

Neste capítulo serão brevemente apresentados os resultados quantitativos acerca dos indivíduos selecionados para então podermos debater acerca de uma existência ou não de uma elite do poder, conforme os métodos dispostos na observação de Charles Mills, em sua obra “The Power Elite”(No capítulo anterior ao da Metodologia, pontuamos as instituições que compunham São Borja nesse processo de transição.

A relevância dessas instituições não está somente no poder presente em cada uma delas, mas também, no alcance em que elas possuem na sociedade analisada. O recorte neste trabalho será dado principalmente aos políticos que participaram como Vereadores durante o Império e depois com a proclamação da República, participaram em outros cargos como os de intendente municipal, são nomes que surgem como: Apparício Mariense e Júlio Trois. Ainda nesse sentido, outro nome relevante foi o de Francisco Garcia.

Esse já é um resultado preliminar, visto que esses indivíduos ocuparam cargos públicos nos períodos citados. Ainda deve-se comparar um dos principais opositoristas ao grupo republicano que era Dinarte Dornelles.

Júlio Trois na ocasião da Proclamação da República era o Presidente da Câmara Municipal (ou seja, o vereador mais votado na eleição que precedeu a troca de regime), é eleito o primeiro Intendente do Município de São Borja, graças a promulgação da Constituição Estadual de 1891, onde na Assembleia Constituinte da mesma três deputados eram são-borjenses (Apparício Mariense, Francisco Miranda e Álvaro Baptista). Conforme Costa (2013, p.196), ele Julio Trois no período do exercício na Intendência, torna-se o maior fornecedor de produtos para o comércio da cidade. O que fica claro é que nesse período, há uma convergência não só no aumento poder político como a extensão do poder econômico de Júlio Trois.

Também vale destacar que em oposição a Júlio Trois, o principal nome de destaque na política são-borjense era Dinarte Dornelles (tio materno do Presidente Vargas, já que era irmão de sua mãe Cândida Dornelles Vargas). Dornelles era até o final do Império, exerceu o cargo de Juiz de Paz da Comarca de São Borja. Segundo Costa(2013, p.197) esse cargo era de grande prestígio e relevância no cenário político do poder local imperial:

É importante percebermos que durante o império a figura do juiz de paz era muito importante. Foi criado pela constituição de 1824 e regulado por lei de 15 de outubro de 1827, de caráter eletivo, caminhava no sentido da descentralização do poder. A princípio tal cargo foi criado com o intuito de democratizar o poder e aproxima-lo do povo, porem na pratica o juiz de paz tornou-se o representante da oligarquia a nível local. Não conseguiu se desatrelar das práticas políticas tradicionais e fraudulentas. O Juiz de Paz tinham competência para promover a conciliação das partes e para julgar certas demandas, tendo inicialmente ainda atribuições policiais que foi perdendo no decorrer do século XIX, ficando com a função de processar e julgar as infrações de posturas municipais participando assim dos mecanismos de controle social do Império.

Os juizes de paz geralmente eram ou de setores intermediários da população ou então membros da elite econômica do município, sendo esta característica mais comum nas zonas onde as atividades ligadas a agropecuária eram mais relevantes. As eleições para juiz de paz eram muito concorridas e aguçavam as disputas intra-elite, após as eleições sempre ficavam resíduos das disputas e o juiz de paz eleito poderia utilizar seu poder para incomodar seus adversários políticos.

Como o trabalho com elites requer o imaginário do pesquisador, para este é perceptível que numa região de fronteira, afastada dos grandes centros comerciais e onde se tem o predomínio do latifúndio, a figura política do juiz de paz é ainda fortalecida para o auxílio de decisões que fortaleçam a sua influência e o seu poder

econômico e político. Quando a República é proclamada, Dinarte Dornelles, ainda segundo Costa(2013,p.197) cai no ostracismo e torna-se uma figura da oposição aos político republicanos, aliando-se aos liberais-federalistas, logo, oposição ao PRR e dois de seus cunhados¹⁵ que inclusive foram comandantes inimigos de batalha na Revolução Federalista (1893-1895) .

Além do conflito no campo político, pode ser percebido um fator de divergência no interesse econômico, pois Dinarte Dornelles significava a sobreposição dos membros de uma oligarquia rural, já que o mesmo segundo Costa (2013, p.196) a família de Dornelles era uma das mais importantes criadoras de gado da região, ramo esse que diverge de Trois, que tinha como principal atividade econômica, já citado anteriormente, o comércio.

Tendo em vista que já priorizou-se no primeiro capítulo a trajetória de Apparício Mariense, os dados citados anteriormente serão imprescindíveis nestes resultados para análise da elite política são-borjense. O quarto componente desse grupo é o que teve uma maior aproximação com Apparício Mariense, o rábula¹⁶ Francisco Garcia Miranda.

Os dados aqui coletados sobre Francisco Miranda, constam da obra de O'Donnell (2014, ps. 55-59), um de seus descendentes. A partir das leituras, pode-se afirmar que no município de São Borja, Miranda era um dos republicanos históricos, tendo inclusive, afastado do seu mandato de Vereador junto com Apparício Mariense, por ocasião do apoio a Moção Plebiscitária de 1887.

Com a Proclamação da República, além de conselheiro Municipal, Francisco Miranda, junto com os conterrâneos Mariense e Álvaro Baptistas são eleitos deputados estaduais Constituintes em 1891. O' Donnell ainda cita a oposição ferrenha que Miranda tinha na centralização do poder político estadual nas mãos do Presidente do Estado, Júlio de Castilhos.

A oposição a Castilhos se dava pelo cerceamento da autonomia municipal pela autoridade do executivo rio-grandense imposta pelo Presidente e seus defensores. Miranda ingressa no Partido Republicano Liberal em 1896.

¹⁵General Manuel do Nascimento Vargas, marido da sua irmã Cândida e o Coronel Apparício Mariense, esposo de sua outra irmã Maria Luísa.

¹⁶Rábula: aquele profissional que exercia a advocacia sem ter-se graduado em Direito.

O sustento de Francisco Miranda, diferentemente de Dinarte Dornelles, Mariense e Julio Trois, não era oriundo de fazendas de gado ou ainda de transações comerciais significativas. Segundo O'Donnel (2014, p.57)

No início dos anos 20, totalmente desencantado com os rumos da política, mudou-se para o Rio de Janeiro. Ali desempenhou um cargo na Imprensa Nacional e publicou dois livros. Já aposentado, vivendo modestamente em uma casa situada no subúrbio de Sampaio, na antiga capital federal, recebia a todos os conterrâneos que o procuravam, inclusive a velhos adversários com os quais já havia se reconciliado antes mesmo de sair do Rio Grande[...].

Aqui podemos relacionar que na tríade poder-riqueza-prestígio, sem dúvida alguma, a característica que mais se destaca de Francisco Miranda, é o prestígio. Esse prestígio se dava pela aguçada habilidade de redação através do Jornalismo e também devido ao seu idealismo, que já citado anteriormente, incomodava a oposição.

O fato que corrobora esse prestígio na classe política e da mídia, foi na ocasião da sua morte em 1948, a declaração de Raul Pilla (apud O'Donnel, p. 58): “desapareceu um dos derradeiros propagandistas da República. Derradeiro, e um dos primeiros, pela coerência e pelo caráter”.

7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo sobre a metodologia elencada para este trabalho, havia um quadro com questionamentos ao relacionarmos essas elites. Esse é o momento em que os dados preliminares nos permitem analisar a conjuntura desses elementos e apontar a existência ou não de uma elite do poder.

O primeiro questionamento seria identificar em quais instituições mais importantes da sociedade analisada. Lembrando ainda que essas instituições mudam conforme o tempo.

São duas as instituições que se sobressaem saem no período do final do Império e do início da República no município de São Borja. A primeira é a Câmara Municipal de Vereadores do Império, que na Proclamação da República, através do processo de descentralização do poder central, torna-se o Conselho Municipal.

A outra instituição analisada é a Intendência Municipal. Com a instituição da Intendência, pela Constituição Estadual Rio-Grandense de 1891, passa-se a possuir um poder executivo único, visto que a Câmara de Vereadores do Império era quem comandava poder público no Município. Com a Intendência, há uma separação do legislativo com o Executivo não só em São Borja, como em todo o território gaúcho.

Segundo a Constituição de 1824(BRASIL, 1824, Art. 167.) as Câmaras Municipais, tinham a finalidade de governar econômica e institucional do município. Ou seja, a Câmara no período do Império Brasileiro era a maior instituição política no território municipal. Mas segundo Paniagua (2012, p.57), a Lei das Câmaras de 1º de outubro de 1828 e o Ato adicional de 1834, que regulamentou (leia-se limitou) o seu papel que antes era de uma maior autonomia conforme previa o artigo 169, da Constituição de 1824, além da Câmara estar atrelada a autoridade do Presidente da Província e a Assembleia Legislativa Provincial

Percebe-se aqui que uma diferença com o Conselho Municipal criado no Rio Grande do Sul durante o início da República já que os poderes em instâncias superiores, no caso do Império com a Lei das Câmaras de 1828, que centraliza e atrela sua função a instâncias superiores e da República em contrariedade a Constituição Estadual de 1891, que determina a autonomia de organização local das instituições políticas.

Especificamente no caso das elites, o que chama atenção é que a atitude que propõe a troca de regime sobrepõe suas prerrogativas de âmbito local, tanto que essa decisão leva, segundo O'Donnell (2014, p. 16) Júlio Trois a se esquivar de processo de afastamento do seu cargo de vereador como sofreu Apparício Mariense e Francisco Miranda, porque nas sessões da Câmara, Trois defendia o posicionamento que a Câmara Municipal de São Borja não deveria aprovar a moção plebiscitária de questionamento sobre a manutenção da monarquia, já que esse era um assunto de proporção nacional e não local, ainda que Julio Trois fosse um defensor do regime republicano.

O cargo de Juiz de paz deve ser levado em consideração no período Imperial, visto que na esfera do poder judiciário local, o juiz de paz na mesma eleição que os vereadores e que segundo a Constituição de 1824(BRASIL, 1824, art. 161) é o cargo que e inicia e articula os processos judiciários através do Tribunal de

Conciliação e que citado anteriormente era de grande importância tanto eleitoral, como de representação e articulação desses grupos.

As ligações entre o grupo são diferenciadas, tanto na atuação financeira, política e familiar. Nesta última, é interessante ressaltar a ligação entre dois intendentess republicanos com Dinarte Francisco Dornelles, Juiz de paz no final do Império Brasileiro em São Borja. Para tal, observamos o quadro a seguir:

FIGURA
1:

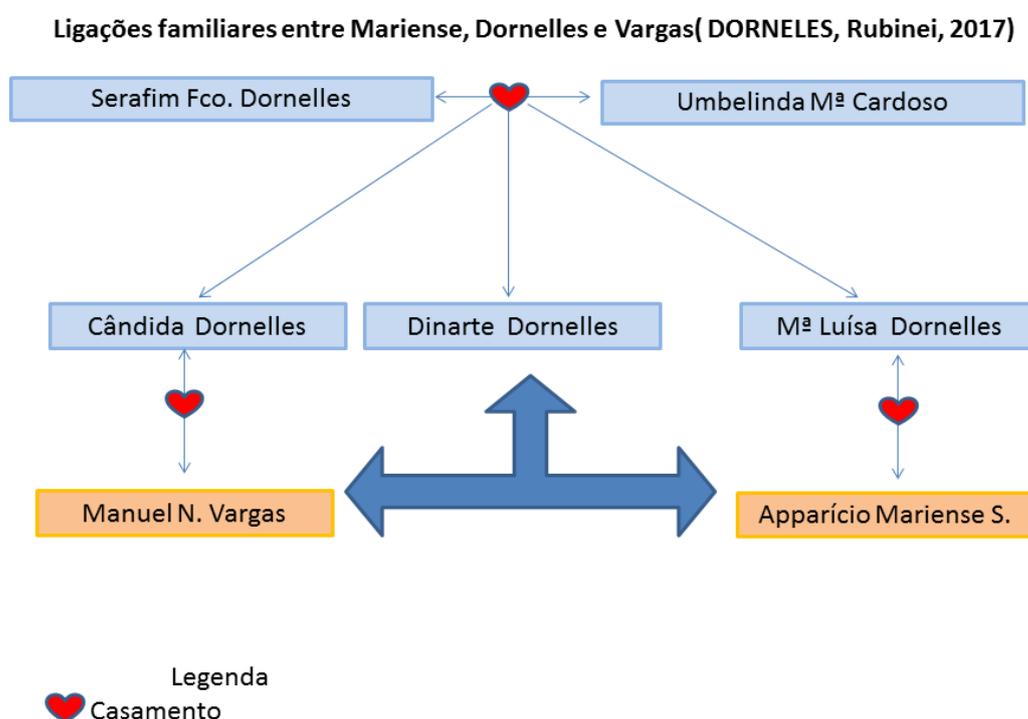


FIGURA 1: Ligações familiares entre Manuel do Nascimento Vargas, Apparício Mariense e Dinarte Francisco Dornelles. Extraído de DORNELES, Rubinei. Serafim Francisco Dornelles (1817). Blog. Disponível em:< <https://www.geni.com/people/Serafim-Francisco-Dornelles/6000000020748240435>> .

Conforme o quadro acima, percebemos que no quesito familiar, Apparício Mariense e Manuel do Nascimento ambos os cunhados eram republicanos, membros do PRR. Embora fossem cunhados de Dinarte Dornelles, que era Liberal-Federalista, eram sucessivamente política e ideologicamente oposição aos seus dois cunhados.

No quesito econômico, podemos ver um conflito de interesses neste grupo, pois um o desenvolvimento do comércio local de onde Júlio Trois e sua família,

segundo Costa(2013, p.196), tinham como seu sustento. O contraponto se dá ao desenvolvimento da Pecuária, já que Dinarte Dornelles e sua família eram segundo Costa(2013,p.197), um dos maiores criadores de gado da região. O recurso social que se destaca de Júlio Trois e Dinarte Dornelles são os recursos financeiros por onde eles tem a sua sobreposição (leia-se aqui uma conversão em prestígio dentre os mais ricos) e com isso conseguem destacar-se na política.

Ainda que Mariense fosse rico, o que se destacava como característica dele era o seu prestígio. Inicialmente, esse prestígio centraliza-se na Moção Plebiscitária e com a Proclamação da República, consegue devido a sua atuação nesse processo, destaque das autoridades públicas superiores, como por exemplo, o Comando da Guarda Nacional em São Borja, cargo esse que já citado anteriormente, era exercido graças à influência e a proximidade que o comandante local tinha com o governo estadual.

Francisco Garcia Miranda também chega ao poder graças ao ideal republicano, logo, com o prestígio. O que justifica isso é que Garcia era o único destes políticos até o momento analisado, segundo O'Donnel(2014, p. 57), desprovido de recursos materiais-financeiros. Hábil Jornalista e escritor, Francisco Miranda conseguiu através do prestígio e aliando-se com figuras como Apparício Mariense na participação do Clube Republicano são-borjense.

O controle desses recursos sociais fica muito evidente, por exemplo, como no caso de Júlio Trois, que durante o seu mandato a frente da Intendência Municipal de São Borja, conforme citado anteriormente, ele se torna o principal comerciante do município. O controle do prestígio para Apparício Mariense e Francisco Miranda leva-os para participarem na Constituinte Estadual e também com o controle do prestígio e afiliação política com o governo estadual, Mariense chega a Câmara Federal em 1894, onde fica até 1899, quando assume a intendência municipal de São Borja.

O controle do prestígio foi fundamental para Apparício Mariense durante sua atuação política, sendo que a sua trajetória política termina ao passo que ele apoiou o candidato de oposição ao PRR, Fernando Abbott, nas eleições estaduais de 1907. A partir da vitória de Carlos Barbosa, fica evidente que o seu prestígio já não eram de certa maneira um atributo que lhe conferia mais poder e que acaba no mesmo levando a sua renúncia do executivo são-borjense.

O tamanho que a elite política possui é que dentro desse grupo, o que mais manda na referida sociedade é o intendente municipal. Visto o entrosamento político em esfera local e estadual, o intendente na maioria dos casos aqui analisados, tinha uma exclusividade no início do período republicano que a Câmara dos Vereadores não possuía durante o Império, logo, os ocupantes do cargo como: Júlio Trois e Apparício Mariense detinham mais poder.

No quesito da Unidade que essa elite possuía, encontra-se apenas o item psicológico, já que na determinada sociedade local, compartilhar os costumes, hábitos, tem uma moral judaico-cristã que regia a sociedade entre os dois períodos. O grupo se diferenciava porque os interesses e objetivos eram variados e a ação e prática também não eram próximas, visto que as cúpulas as quais uma parte a dos republicanos pertencia, na outra, dos liberais-federalistas era diferente.

Através dos dados apresentados podemos concluir que houve uma elite do poder no município de São Borja durante a transição do Império para a República. Esta afirmação pode ser inicialmente percebida, pois corresponde aos itens descritos no capítulo referente a metodologia.

Os membros que compuseram e que se destacam na pesquisa e aqui afirmamos como elite no processo de transição foram os seguintes políticos: Dinarte Dornelles, Apparício Mariense, Francisco Miranda e Júlio Trois. Ainda não menos relevantes personagens marginais como o General Manuel do Nascimento Vargas, o vice-intendente à época do mandato de Apparício Mariense como João Pereira Escobar.

REFERÊNCIAS

AXT, Gunter. Constitucionalidade debatida: a polêmica Carta Estadual de 1891 - **Justiça & História**, Porto Alegre, 2002. Disponível em:< https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v2n3/doc/13-Gunter_Axt.pdf >. Acesso em: 10/11/2017.

BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império Brasileiro: Panorama Político. IN: LINHARES, Maria Yedda(org.). **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 1990. Pgs.188-299.

BRASIL. Constituição (1824) Constituição Política do Império do Brazil. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em : 12/11/2017.

BRASIL. Constituição (1891) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 12/11/2017

CARONE, Edgard. Coronelismo: definição histórica bibliografia. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 11, n. 3, p. 85-92, Sept. 1971 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901971000300008&lng=en&nrm=iso . Acesso em 11/10/ 2017.

CARVALHO, José M. **A formação das almas**: O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. IN: CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato (orgs). **Como estudar elites**. Curitiba-PR: Ed. UFPR, 2015. Pgs: 15-30.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato(orgs). **Como estudar elites**. Curitiba-PR: Ed.UFPR, 2015.

COLUSSI, Eliane. Violência Política e cisão no PRR de São Borja. **Revista História Unisinos**. Vol. 11 Nº 1 - janeiro/abril de 2007.

COSTA, Emília Viotti da. A Proclamação da República. IN: COSTA, Emília Viotti da . **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 9 ed. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2010. Pgs: 449-492.

COSTA, Marcus Vinicius da. **Nação, contrabando e alianças políticas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX** : relações transfronteiriças entre as comunidades de São Francisco de Borja e Santo Tomé. Tese de Doutorado. UFSC: Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103533/316866.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13/10/2017.

DORNELES, Rubinei. Serafim Francisco Dornelles (1817). Blog. Disponível em:<
<https://www.geni.com/people/Serafim-Francisco-Dornelles/600000020748240435>>.

FILHO, Milton Cordeiro. Mapeamento de elites políticas em regiões amazônicas. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 11, n. 21, p. 29-44, jun. 2011 .Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100004&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 04/11/ 2017.

FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.4, 1992, p. 105-113.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. A ideia de República no Império do Brasil. **RHBN**(Revista de História de Biblioteca Nacional). Nº 5. 2005. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2010/02/a-ideia-de-republica-no-imperio-do-brasil> . Acesso em: 17/11/2017.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 28.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAPOLLI, André. **O uso da advocacia como recurso de dominação política em São Borja/RS, durante a Primeira República: O caso do Dr. Getúlio Vargas(1909-1923)**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132883/000983892.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13/10/2017.(Monografia de Conclusão de Curso)

LIMONGI, Fernando. Eleições e democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a transição de 1945. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 55, n. 1, p. 37-69, 2012 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000100002&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 22/10/ 2017.

LUZ, A. F.; SANTIN, J. R. . Coronelismo e Poder Local no Brasil: Uma Análise Histórica. In: **XIX Encontro Nacional do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito: direitos fundamentais e transdisciplinariedade**, 2010, Fortaleza - CE. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito: direitos fundamentais e transdisciplinariedade. Florianópolis - SC: Fundação Boiteux, 2010. v. 1. p. 6011-6025. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3164.pdf>. Acesso em: 05/10/2016.

MILLS, Charles Wright. **A elite do poder**. 3ªed. Zahar: Rio de Janeiro, RJ, 1975.

O'DONNELL, Fernando. O.M. **Apparício Mariense da Silva: súmula biográfica e Histórica**. 3ª ed. Noschang Artes Gráficas.

O'DONNELL, Fernando. **Elementos da História política de São Borja(1889/1947)**. Porto Alegre: Edigal, 2014.

PANIAGUA, Edson Romário Monteiro.**A Construção da Ordem Fronteiriça: Grupos de Poder e Estratégias Eleitorais na Campanha Sul-Riograndense (1852-1867)**. Tese de Doutorado, UNISINOS, São Leopoldo, 2012. Disponível

em:

<<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3296/Edson%20Romario%20Monteiro%20Paniagua.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 19/11/2017.

RIO GRANDE DO SUL(Estado). Constituição Estadual, 1891. Porto Alegre: 1891. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=frKwldvbn2g%3D&tabid>>. Acesso em: 05/11/2017.

SALDANHA, Flavio Henrique Dias. **Os oficiais do povo: a guarda nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850**. Annablume: FAPESP, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=c7taYs-AyEcC&pg=PA76&lpg=PA76&dq=Guarda+Nacional+Referencia&source=bl&ots=CjOgt3nexu&sig=tKpG8UD5YCsM85T1hcr8kUwG0YM&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjvrZqirMjXAhXGxpAKHSpRBa0Q6AEIXzAJ#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 17/11/2017.

TUMIN, Melvin Marvin. **Estratificação social: as formas e funções da desigualdade**. Livraria Pioneira Editora: São Paulo, SP, 1970.

ZENNI, Clair Emília; AQUINO, Maria Celva. (org). **Escola Sagrado Coração de Jesus e São Borja através de sua janela (1932 – 1992) 60 anos de Escola - 500 anos de América**. São Borja: 1990.